



Alexandre Herculano e *A voz do profeta*

Alexandre Herculano and A voz do profeta

WILTON JOSE MARQUES

UFSCar/UNESP
São Carlos – São Paulo – Brasil



Resumo: O artigo procura discutir brevemente o aparecimento de Alexandre Herculano, intelectual comprometido com seu próprio tempo histórico e engajado no processo de reorganização da cultura portuguesa através de sua atividade jornalística, no cenário literário português através da publicação de *A voz do profeta*.

Palavras-chave: Alexandre Herculano; *A voz do profeta*; Romantismo

Abstract: The paper discusses briefly the emergence of Alexandre Herculano, intellectual committed to its own historical time and engaged in the process of reorganization of the Portuguese culture through his journalistic activity, in Portuguese literary scene through the publication of *The prophet's voice*.

Keywords: Alexandre Herculano; *The prophet's voice*; Romanticism

Eu vi uma visão do futuro, e o Senhor me disse:
“vai e revela-a na terra”

HERCULANO, A. *A voz do profeta*.

Meu pobre Portugal, hei de chorar-te!

HERCULANO, A. *Tristezas do desterro*.

A reconstrução de Portugal

Ao contrário de um primeiro momento de hesitação estética por parte, por exemplo, de um Almeida Garrett que, do ponto de vista doutrinário, nunca se declarou abertamente romântico, Alexandre Herculano é, no conjunto de sua obra, “o melhor representante em Portugal do tipo de escritor sintonizado com a grande massa do público, dando expressão a aspirações coletivas sentindo-se condutor da opinião pública e evidenciando essa posição no seu estilo altissonante e profético” (SARAIVA & LOPES, 1989, p. 724). Ou seja, tendo sido formado intelectualmente sob a influência do ideário romântico, apreendido, inclusive, na dolorosa experiência do exílio, Herculano assumiu desde muito cedo uma postura, por assim dizer, empenhada tanto do ponto de vista estético quanto do ponto de vista político. Essa postura participante se justificava pela urgência histórica que caracterizava a recorrente instabilidade política de Portugal, sobretudo depois da vitória dos liberais

na Guerra-Civil, que tomou conta do país, pois, como bem observa Antonio José Saraiva (1997, p. 45),

Dessa guerra saiu a sociedade portuguesa moral e culturalmente desarticulada. Não só tinha mudado radicalmente a base econômica da vida nacional como era urgente refazer desde os alicerces a sua vida espiritual. Num campo como no outro as ruínas dispersavam-se ao rés do solo e só podiam servir para dificultar o trabalho de reconstrução.

Ou seja, num momento agudo de notórias incertezas políticas, a preocupação generalizada que se instaurou entre os meios liberais era a de, o quanto antes, enterrar o que restava do velho e hierarquizado modelo de sociedade, para, em seu lugar, erigir um novo projeto de sociedade moderna, evidentemente pautada no ideário liberal. E segundo rezava a cartilha liberal, tal projeto de país deveria estar, acima de tudo, assentado num discurso de caráter civilizatório que, entre outras medidas, pregava

a difusão de uma educação universal, livre, inclusive, da tutela da Igreja. Pode-se então conjecturar que foi a partir dessa nova premissa política, enquanto comprometimento ideológico, e mesmo depois da tão ansiada volta do exílio, que os autores da primeira geração romântica, reconhecidos de antemão como os legítimos combatentes da liberdade, “tiveram a clara consciência de que em Portugal estava tudo por fazer. Não se tratava apenas de criar uma literatura, nem tão-só de revivificar as tradições poéticas existentes na arte popular. Tratava-se de tudo reformar desde a raiz” (FERREIRA, 1971, p. 49).

Portanto, como intelectual comprometido com a ação direta sobre seu próprio tempo histórico, e depois de ter participado ativamente, inclusive como soldado, da guerra-civil contra D. Miguel, Alexandre Herculano logo se engajou no processo de reorganização da cultura portuguesa, notadamente através de uma intensa atividade jornalística. De saída, convém ressaltar que em Portugal, assim como em vários outros países, a imprensa teve um papel fundante para a efetiva consolidação tanto do ideário liberal quanto do pensamento romântico. Naquele momento particular tinha-se, inclusive, a nítida percepção de que havia no país, segundo Saraiva (1977, p. 46), “o problema da cisão profunda entre a *elite* revolucionária e a massa do povo educada nas tradições do trono e do altar”. Assim, devido ao histórico monopólio das ordens religiosas na disseminação do saber formal, seja no ensino das primeiras letras, seja nos preparatórios para a Universidade, havia a necessidade premente de se criar uma nova elite intelectual laica e secular que se preocupasse propriamente com os destinos do povo português. Em outras palavras, “a predicação do púlpito e do confessionário tinha de ser substituída por uma larga divulgação de ideias e de conhecimentos científicos através de uma escola renovada, das assembleias políticas e da imprensa” (Idem, p. 47).

Se, de fato, como bem afirmou o crítico, tratava-se mesmo de “tudo reformar desde a raiz”, Alexandre Herculano não se furtou a tomar parte nessa enorme tarefa. De imediato, preocupado com os rumos da literatura portuguesa, procurou expressar a nova concepção estético-literária do Romantismo em dois importantes artigos – “Qual é o estado da nossa literatura? Qual é o trilho que ela hoje tem a seguir?” (1834) e “Poesia: Imitação – Belo – Unidade” (1835) – ambos publicados no periódico quinzenal *O Repositório Literário* (1834-1835), da cidade do Porto.¹

¹ Corroborando esse mesmo caráter empenhado de Alexandre Herculano, que obviamente se alastrou por sua produção artística, não deixa de ser significativo o fato de o autor também ter publicado nesse mesmo periódico, ainda em 1834, o seu primeiro texto literário. Entre os poemas já compostos, Herculano escolhe, para sua estreia literária, um poema que, sintomaticamente, denomina-se “A elegia de um soldado”. (Cf. *Repositório Literário*, 1834).

No primeiro artigo, Herculano (1907, p. 3), ao historiar rapidamente os caminhos percorridos pela literatura portuguesa a partir da “dolorosa confissão da decadência em que se acha em Portugal a poesia e a eloquência”, afirma categórica e literalmente que tal decadência era, sobretudo resultante das opções estéticas clássicas, predominantes nos séculos XVI e XVII, que, por insistirem programaticamente em deixar de lado as ideias, fizeram com que a maioria dos autores portugueses somente se preocupasse em priorizar em suas obras as formas poéticas. Preocupado, nesse sentido, com a indicação de uma nova direção para a literatura portuguesa, agora de perspectiva esteticamente revolucionária e, desse modo, mais apropriada aos novos tempos liberais, já que para ele as preocupações com estético e o político eram indissociáveis, Herculano reconhece na então produção literária dos autores alemães a primazia na criação de uma nova poética de combate aos cânones clássicos, e, por tabela, reconhece nesses mesmos autores a primazia na consequente disseminação do pensamento romântico pela Europa:

Enquanto assim entre nós a crítica se apoucava, um sentimento vago de desgosto pelas antigas formas poéticas, a influência da filosofia na literatura, a necessidade que sentia o gênio de beber as suas inspirações num mundo de ideias mais análogas às dos nossos tempos, e enfim, várias outras causas difíceis de enumerar, começaram a criar na Europa uma poética nova ou, digamos antes, a fazer abandonar os cânones clássicos. A Alemanha foi o foco da fermentação, e foi lá que os princípios revolucionários em literatura começaram a tomar desde a sua origem uma consistência, e a alcançar uma totalidade de doutrinas metódicas e consequentes, não dada, ainda hoje, ao resto das nações (Idem, p. 6-7).

Já, no segundo e mais longo artigo, Herculano, tentando, por assim dizer, superar os limites estéticos impostos pelo pensamento clássico, propõe-se a “estabelecer um corpo de doutrina que, afixando a liberdade do poeta, o circunscreva ao limite da razão” (Idem, p. 23-24). Desse modo, o escritor, recorrendo ao idealismo estético, procura, de um lado, recusar a ideia de que o belo derivava das coisas, como preconiza o conceito aristotélico da arte enquanto imitação da natureza, para, de outro, sobrevalorizar a tese de viés subjetivista e platônico, e, portanto, mais adequada ao pensamento romântico, de que o belo reside unicamente na alma humana, e, nessa mesma direção, observa que “é (...) no mundo das ideias que o devemos buscar” (Idem, p. 37). Calcado nessa chave de leitura, em que o belo reside na alma do artista, Herculano procura ainda rediscutir as leituras dos principais poemas clássicos, para, já numa perspectiva romântica, rematar o seu artigo com o estabelecimento de um programa de trabalho para a própria literatura portuguesa:

Diremos somente que somos românticos querendo que os portugueses voltem a uma literatura sua, sem contudo deixar de admirar os monumentos da grega e da romana: que amem a pátria mesmo em poesia: que aproveitem os nossos tempos históricos, os quais o Cristianismo com sua doçura, e com seu entusiasmo e o caráter generoso e valente destes homens livres do norte, que esmagaram o vil império de Constantino, tornaram mais belos que os dos antigos: que desterrem de seus cantos esses numes dos gregos, agradáveis para eles, mas ridículos para nós e as mais das vezes inarmônicos com as nossas ideias morais: que os substituam por nossa mitologia nacional na poesia narrativa; e pela religião, pela filosofia e pela moral na lírica. Isto queremos nós e neste sentido somos românticos (Idem, p. 69).

Em suma, por trás da configuração desse programa propriamente estético, além da óbvia influência germana, deve-se acrescentar ainda, no caso específico do projeto literário de Alexandre Herculano, a sua grande preocupação com o Cristianismo, que literariamente vem tanto de *O gênio do cristianismo*, de Chateaubriand, quanto de *As palavras de um crente*, de Lammenais, e, por fim, a sua também importante perspectiva histórico-literária, que sofre a influência direta dos romances de Walter Scott. Na verdade, o intuito principal desses dois primeiros artigos era o de, acima de tudo, tentar ordenar o caos ideológico que então norteava a literatura portuguesa. Em última instância, pode-se mesmo afirmar que, na verdade, o jovem Herculano buscava definir uma “utilidade” para a literatura romântica em Portugal, delineando, por sua vez, um projeto nacionalista em que, como bem observou um crítico, “a pátria que ele punha em causa, a pátria nova e terna, era tanto um tema histórico como um tema mítico”, e com a ajuda providencial do cristianismo de Lamennais, “este tema devia tocar ao mesmo tempo a alma do indivíduo e a da coletividade” (FRANÇA, 1993, p. 97).

A voz do profeta

Em novembro de 1836, com apenas vinte e seis anos de idade, o escritor Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo aparece propriamente para a literatura portuguesa. Sua estreia literária, marcada por um típico *succès de scandale*, deu-se através da publicação da primeira série de textos de um panfleto, de nítido teor político-messiânico, que ficou conhecido com o sugestivo nome de *A voz do profeta*.² Em fevereiro do ano seguinte, sairia a segunda série³ juntamente com uma nova edição da primeira série,⁴ como prontamente se apressava em informar ao público o seguinte anúncio do *Diário do Governo*, de 21 de fevereiro de 1837: “Saiu à luz *A Voz do Profeta* – Segunda Série, e a segunda edição da Primeira Série. Acham-se à venda nas lojas de Carvalho, ao Chiado

nº 2, e rua Augusta nº 137 – preço 120 réis” (BRITO, 1914, p. 510). Além das republicações do livro em Portugal, é importante salientar que ainda nesse mesmo ano, o que não deixa de ser um fato curioso, também foi publicada uma outra edição de *A voz do profeta* no Brasil, patrocinada pelo *Jornal do Comércio*.⁵

De imediato, pode-se obviamente conjecturar que as sucessivas edições do livro em tão curto espaço de tempo indicam que, como texto panfletário, o evidente sucesso da obra de Herculano se deveu ao seu grande potencial de impacto sobre a sociedade portuguesa. Além de muito discutido nos meios literários e políticos locais, inclusive tornando seu autor, nas palavras de um crítico, “conhecido de um dia para outro” (FRANÇA, 1993, p. 127), essa obra singular de Alexandre Herculano tem sua gênese explicada pelo atropelo dos acontecimentos históricos em Portugal causado principalmente pela cisão política entre os próprios liberais no período imediatamente posterior ao término da Guerra-Civil, em 1834. Ou dito de outro modo, *A voz do profeta* foi literalmente escrita no calor da hora.

Breve olhar sobre a história

Inicialmente, mesmo que de maneira um tanto sucinta, é preciso tentar compreender aqui o raio de alcance que tais acontecimentos ganharam na história de Portugal. Assim, no pós-1834, a principal tarefa política dos vencedores da Guerra Civil residia na necessidade premente de consolidação, diga-se de passagem, a qualquer custo, do acalentado projeto liberal. O percurso, no entanto, como a história mostrou mais tarde, seria um tanto tortuoso. De saída, ocorre uma grave cisão no bloco político liberal, o que, de certo modo, está na base da recorrente instabilidade política que percorrerá grande parte da história portuguesa ao longo do século XIX. Assim, “se a nova aristocracia política capitalizava em proveito próprio e da sua clientela os interesses econômicos em jogo (...), a pequena burguesia arredada dos benefícios econômicos desejava o prosseguimento do impulso revolucionário na linha ideológica vintista” (NETO, 1985, p. 652). Em outras palavras, na luta interna pelo poder, havia uma facção que procurava ancorar seu projeto político na crença de que este deveria ser antes legitimado pelos direitos da soberania popular, e,

² *A voz do profeta*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia., 1837.

³ *A voz do profeta*. 2ª série. Lisboa: Tipografia Patriótica de Carlos José da Silva & Companhia, 1837.

⁴ *A voz do profeta*. 2. ed. Porto: Imprensa de Álvares Ribeiro, 1837.

⁵ *A voz do profeta*. 1ª série. Ferrol: Imprensa de Ezpeleta, 1836. (Em seu dicionário, Inocêncio Francisco da Silva sugere que, na verdade, a primeira edição desse texto de Herculano teria sido realizada em Lisboa, provavelmente na Oficina de Galhardo (Cf. *Dicionário Bibliográfico Português*. 1858, p. 35).

outra que, ao contrário, entendia caber exclusivamente ao rei o papel de árbitro na articulação dos três poderes constituídos através da instituição de um quarto poder, isto é, o moderador. Ou ainda, dito de modo talvez mais direto, agora segundo as palavras do historiador José Hermano Saraiva (1988, p. 392), a polarização política estabelecida entre as duas correntes liberais era pautada no simples fato de se “estar ou não estar no poder”. Os liberais, que não estavam no poder, agarraram-se, como principal bandeira de luta, à posição de questionar a legitimidade da Carta Constitucional vigente, que, segundo eles, por ter sido outorgada por D. Pedro I, nesse momento ainda imperador do Brasil, não emanava de nenhuma assembleia legítima ou soberana, mas antes era única e exclusivamente oriunda da vontade do príncipe.⁶ Por sua feita, os liberais, que evidentemente estavam no governo, defendiam arduamente a legitimidade jurídica da Carta Constitucional outorgada em 1826, daí é que vem a denominação de cartistas.

Entretanto, alguns impasses políticos entre o Parlamento e o Governo, dentre os quais a não votação do orçamento do Estado, fizeram com que a então rainha D. Maria II, como estratégia política, fosse obrigada a convocar novas eleições para 15 de agosto de 1836, tentando, dessa forma, acelerar tais processos de votações. “O Governo – observa Oliveira Martins (1996, p. 54) – fez as eleições, que foram como todas; e como sempre, *venceu*”. Apesar da vitória governista, alcançando uma ampla maioria, no dia 9 de setembro de 1836, quando da chegada dos deputados da oposição a Lisboa, mais notadamente de seu líder Manuel da Silva Passos,⁷ uma grande manifestação de significativos extratos populares em apoio aos deputados opositores e à Constituição de 1822 desaguou num movimento insurrecional contra o governo, sendo logo batizado de a Revolução de

Setembro. Acuada pela pressão popular e o conseqüente risco de perder o trono, e quiçá a cabeça, a jovem rainha D. Maria II foi literalmente obrigada a destituir o Ministério cartista. Trinta anos após esse episódio, o próprio Alexandre Herculano (1993, p. 35) observará: “o que me parece evidente é que os governos que caem como caiu o que existia, embora simulem de vivos, estão já moralmente mortos”.

Por sua conta, os setembristas, como ficaram conhecidos os membros da facção revolucionária, assim que foram alçados ao poder, com Passos Manuel à frente do Ministério do Reino, aboliram a Carta Constitucional, impondo ao país a adoção imediata da Constituição democrática de 1822, o que, de fato, aconteceu ainda no dia 10. No dia seguinte, a rainha, acompanhada do marido, o Príncipe D. Fernando, dirigiu-se aos Paços do Concelho para jurar o texto constitucional que fora restabelecido. Com algumas linhas de dramaticidade literária, Oliveira Martins (1996, p. 62) observa que “a mão da rainha hesitava, tremia, ao assinar o papel”, para, em seguida, rematar: “e que não admira. Esse decreto reduzia-lhe a Coroa a coisa nenhuma; tirava-lhe o direito do veto e todos os direitos soberanos”.

Para o historiador José Hermano Saraiva (1988), ao contrário de vários movimentos políticos anteriores, o caráter original da nova revolução deveu-se ao fato de não ter sido um pronunciamento militar que procura a adesão do povo, mas, pelo contrário, ter sido um movimento popular que obteve a rápida adesão militar. A expressiva participação das camadas populares, que, para o mesmo historiador, foi rapidamente absorvida e ao mesmo tempo neutralizada pelas próprias instituições, era creditada menos a um possível grau de consciência política e mais a situação de penúria e miséria em que vivia a maior parte da população portuguesa.

Por outro lado, sobretudo no que se refere à existência ou não de uma suposta consciência política das massas populares nesse episódio histórico, Victor de Sá (1978, p. 131-156), numa interpretação divergente, procura sobrevalorizar o seu grau de politização, afirmando que elas desempenharam um papel preponderante na luta e decisivo nos resultados. Ainda na opinião de Sá, a Revolução de Setembro representou a primeira grave crise do liberalismo português depois da vitória de 1834, evidenciando, acima de tudo, “a força das camadas populares em Lisboa, cidade, onde, em 1836, apareceram bastante politizadas”.

Divergências interpretativas à parte, o fato concreto é que, seja fiando-se ou não numa suposta percepção politizada, a população pobre não somente participou ativamente dos acontecimentos da Revolução de Setembro como também despertou, de imediato, uma espécie de grande medo na sociedade portuguesa, notadamente

⁶ Como se sabe, com a morte de D. João VI, o então imperador brasileiro, D. Pedro I, que por direito seria o sucessor do pai, abdicou do trono luso, nomeando como herdeira a filha, D. Maria. Assim, em abril de 1826, D. Pedro remete do Brasil a nova Carta Constitucional que deveria ser adotada em Portugal. Além disso, para assegurar o poder à filha, D. Pedro faz uma aliança do irmão D. Miguel, através do casamento deste com sua filha. Mas, ao assumir o poder em março de 1828, D. Miguel, contrariando o acordo com o irmão de se casar com a sobrinha, reinstala o poder absoluto em Portugal. Depois de sua abdicação ao trono do Brasil, em 1831, D. Pedro foi para a Inglaterra. Neste país, ele conseguiu angariar o apoio financeiro e bélico para invadir Portugal com o intuito de restabelecer o poder de sua filha D. Maria usurpado por D. Miguel. Com o término da Guerra-Civil (1832-1834), e devido a não maioridade da filha, ele ainda acabou se tornando rei de Portugal com o título de D. Pedro IV.

⁷ Manuel da Silva Passos (1805-1863): “mais conhecido como Passos Manuel (...), foi porventura o maior tribuno do segundo liberalismo. (...) Teve este uma concepção do Estado que, embora de curta duração, marcou a vida portuguesa do tempo. Animou-o uma profunda ânsia reformista. (...) Mais do que um chefe reformista, Passos Manuel foi um verdadeiro líder de multidões que aproveitou a bagagem jurídica e a experiência do estrangeiro para impor um sistema doutrinário, assente em grande parte num liberalismo de raiz popular” (Cf. SERRÃO, 2003, p. 76).

no que se referia à incapacidade do próprio governo setembrista de controlá-la. Tal visão se deveu ao elevado número de descamisados, que, descontentes, ou talvez ludibriados, com as muitas promessas não cumpridas de melhoria de vida, afluíram para Lisboa. O depoimento de um memorialista contemporâneo a esses acontecimentos assim descreveu a situação:

Não há quem não se lembre dessas medonhas colunas de descamisados, que, vindos em cardumes do Porto e doutras partes do Reino, pejavam as escadas das secretarias e atulhavam as avenidas de todas as repartições públicas. Para tais esfomeados tudo era pouco, e os homens da revolução, transigindo com aquela gente, e preferindo-a aos homens honestos com quem pudera ou pelo menos devia empregar os últimos extremos para recompor-se, desacreditou-se cada vez mais (*Apud* SARAIVA, 1988, p. 395).

De qualquer modo, e a despeito mesmo dessa visão extremamente negativa feita pelo memorialista, com a ascensão ao poder político, seja ou não em nome das “medonhas colunas de descamisados”, os homens da Revolução de Setembro precisavam colocar logo em prática um conjunto de ações que não somente dessem algumas respostas imediatas - ou pelo menos acalmassem - as aspirações e expectativas dos “esfomeados”, mas que, em última instância, criassem as condições mínimas de sustentabilidade política para, com isso, ao menos assegurar a sobrevivência institucional do próprio governo setembrista. Para tanto, além obviamente do restabelecimento da Constituição de 1822, as primeiras providências tomadas foram:

[...] a obrigatoriedade para todos os funcionários públicos de jurarem o texto vintista, a clemência e anistia para os cartistas e adversários do novo regime, a redução das despesas públicas e a moralização da vida administrativa (com a diminuição dos encargos com pessoal e a supressão de empregos não indispensáveis, com a prestação de serviço a tempo inteiro por parte dos funcionários e a imposição de limites severos às acumulações de empregos). (SILVA, 1993, p. 102)

Será, portanto, neste conturbado contexto histórico-político da vida portuguesa que o liberal cartista Alexandre Herculano, descontente com a orientação setembrista, escreverá e publicará *A voz do profeta*. Inicialmente, como era funcionário público, ele se recusou veementemente a jurar a Constituição vintista, e, como forma de protesto, pediu demissão sumária do cargo, que ocupava desde 1833, de segundo bibliotecário da Biblioteca Pública do Porto. Em carta, datada de 17 de setembro de 1836, endereçada a Manuel Pereira Guimarães, então presidente da Câmara Municipal do Porto, Herculano (s.d, p. 178-179)

justifica sua decisão, alegando sua inteira fidelidade à Carta:

Persuadido pela voz da íntima consciência de que não devo prestar o juramento para que V. S^a. me convida, no seu ofício de hoje, julguei também me cumprir comunicar-lhe imediatamente a minha resolução.

A fé que prometi guardar à Carta Constitucional da monarquia seletiva com as misérias do desterro e com os padecimentos e riscos de soldado que passei na emancipação da pátria – para a conservação de um cargo público não sacrificarei, portanto, nem a religião do juramento, nem o orgulho que me inspiram as minhas ações passadas.

Pouco tempo depois, já instalado em Lisboa, e reiterando o seu descontentamento, Alexandre Herculano apresenta ao país a primeira série de textos de *A voz do profeta*. Pode-se mesmo dizer que esta sua obra inicial se transformou numa espécie de resposta pública à Revolução de Setembro. Inspirado, notadamente como modelo literário, nas *Palavras de um crente*, de Lamennais, que, também em 1836, fora traduzido em Portugal, com evidentes tintas republicanas, por Antonio Feliciano de Castilho,⁸ o texto de Herculano, além de se constituir numa espécie de manifesto teórico do cartismo, apresenta-se também como uma verdadeira réplica ao padre francês, sobretudo no que se refere às ideias de povo e de soberania popular.⁹

De volta ao texto

Em *A voz do profeta*, como o nome já o antecipa, e num tom algo severo que dialoga evidentemente com o tom elevado que permeia seus poemas, nos quais, inclusive, já aparece, como marca recorrente, uma solenidade de profeta bíblico,¹⁰ Herculano assume, em seu texto panfletário, uma postura, inerente ao gênio romântico, que, transcendendo a sua mera condição de indivíduo, comporta-se antes como a Voz, o Guia, enfim,

⁸ Lamennais, *Palavras de um crente*. Lisboa: Tipografia de A. I. S. de Bulhões, 1836.

⁹ Segundo Antonio José Saraiva (1977, p. 100), Herculano expressa em *A voz do profeta*, ainda que de maneira difusa, uma teoria política em que procura caracterizar, metaforicamente, o absolutismo, o cartismo e o setembrismo. Nas palavras do crítico, “expõe sobretudo a parábola dos três irmãos que herdaram um campo: queria mantê-lo tal qual o recebera, ainda que mal aproveitado, por respeito à memória paterna; queria outro conservar ‘todas as obras do tempo passado’, mas plantar os incultos e fazer melhoramentos; o terceiro, dizendo: ‘nossos pais viveram nas trevas da ignorância’, pretende arrancar o que estava e refazer tudo. Assim são caracterizados o absolutismo, o cartismo e o setembrismo”.

¹⁰ Para Saraiva & Lopes (1989, p. 770), já em sua mais antiga composição poética, “Semana Santa”, datado de 1829, Herculano, dando vida a esse tom profético, enaltece os ideais cristãos e liberais (“Creio que Deus é Deus e os homens livres!”) e, ao mesmo tempo, credita o assassinato de Cristo aos “tiranos e hipócritas” e às “turbas envilecidas, bárbaras, e sevas”.

o Profeta. Na realidade, ao recusar o uso de uma dicção de natureza estritamente pessoal, o sujeito lírico tenciona revelar algo que o transcende. Ou seja, “o Poeta fala em nome de Deus”, é o profeta, cuja fala dos poemas é reforçada pelo caráter divino de sua missão de guia, que ergue a sua voz no seio da comunidade (cf. LOPES, 1981, p. 13-40). Alias, nesse sentido, não deixa de ser sintomático que, num artigo publicado em *O Panorama*, e praticamente contemporâneo à publicação de *A voz do profeta*, Herculano (1837, p. 59-60) explicita o seu juízo acerca do papel do poeta:

O poeta, como o artífice ou o filósofo, é levado pelas opiniões e costumes do século; porém no âmago dos seus cantos há sempre um ou muitos pensamentos perpétuos e imutáveis: a tradição dos princípios morais que não flutuam, das ideias santas que devem estar gravadas no espírito de todos aqueles que têm pátria, família e Deus, está confiada às almas dos poetas. São eles os depositários de uma herança de virtude: e desgraçado daquele que falsando sua missão na terra, conspurcou com o lodo de paixões ignóbeis o tesouro do gênero humano.

O gênio, pois, é superior a esse progresso lento de cálculos e raciocínios, a esse aumento de complicação na máquina social, a que se chama aperfeiçoamento. Como um Deus ele grita à imaginação do povo: crede-me porque sou onipotente; – e o povo levanta um clamor de admiração, e diz ao gênio; – tu és, com efeito, um Deus!

Sobre as cinzas de David, de Isaías, de Jeremias, e de Homero pesam as cinzas das raças que passaram na terra por mais de vinte e seis séculos, e as palavras desses homens ainda ressoam em nossos ouvidos como uma harmonia, que nos pede, ao escutá-la, amplo tributo de espanto e entusiasmo.

Nesse trecho, é possível identificar claramente a ideia romântica do poeta tanto como o depositário e o perpetuador das tradições, geradas pela tríade pátria, família e Deus, quanto pelo seu reconhecimento como gênio e, portanto, à maneira dos profetas bíblicos ou do vate antigo, ele também se expressa pela palavra revelada. Para corroborar essa postura, basta ler a primeira frase de *A voz do profeta*, nela fica mais do que patente essa visão de cima: “O espírito de Deus passou pelo meu espírito, e disse-me: ‘Vai, e faz ressoar nos ouvidos das turbas palavras de terror e de verdade’” (HERCULANO, 1993, p. 49). Desse modo, e mais do que nunca, acreditando não somente numa utilidade social para a sua literatura como também num suposto poder de intervenção histórica, Alexandre Herculano, causando “espanto e entusiasmo”, critica duramente o ideário político do setembrismo, dirigindo-se em seu texto notadamente contra a “ralé popular”, chamando-a de “fezes da sociedade”, e os

malditos dirigentes setembristas que “acenderam o vulcão popular”. Vaticinando um destino trágico para ambos, o primeiro capítulo do livro assim se abre:

O espírito de Deus passou pelo meu espírito, e disse-me: “Vai, e faz ressoar nos ouvidos das turbas palavras de terror e de verdade”.

E eu obedecerei ao meu Deus no meio dos punhais de assassinos.

Povo!... breve soará a tua hora extrema: tu mesmo a assinalaste no decorrer dos tempos.

O anjo exterminador vibra sobre ti a espada da assolação, e tu danças e folgas ébrio das tuas esperanças.

Essa terra que pisas crês que é um solo remido por tuas mãos: repara porém; olha que é um sepulcro.

Amplamente é o sepulcro de um povo: dentro em breve tu aí calarás para sempre.

Creste-te forte, porque sabes rugir como a pantera: mas somente Deus é grande.

Encheste o vaso das tuas iniquidades; ele trasbordou, e a terra ficou poluída.

Malditos os nomes dos que acenderam o vulcão popular; nomes abomináveis perante o Céu e a Terra.

Portugal foi pesado na balança da eterna justiça, e a Providência retirou a mão de cima dele.

Derribem-se os altares, cerrem-se as portas dos templos: Deus já não aceita os sacrifícios, nem ouve as preces deste povo, senão como uma expressão de escárnio.

E como o aquilão varre a folha seca do Outono, o sopro do Senhor varrerá da face da Terra esta raça corrompida e imoral (Idem, p. 49-50).

Antes mesmo de, ao final da primeira série de seu texto, chamar a atenção da sociedade portuguesa sobre a necessidade de se estabelecer uma grande reconciliação nacional: “Refloresçamos entre nós a paz e a amizade: tenhamos um nome só, o de portugueses, um só bando, o da pátria” (Idem, p. 73), Herculano ainda tece algumas comparações entre os reais motivos que levarão às lutas da Guerra Civil e os que levarão à Revolução de Setembro. Para ele, no caso da primeira, “os soldados da liberdade morreram nos combates da pátria”, lutando pela liberdade do povo, “porque pelejávamos por uma causa justa, e Deus estava conosco” (Idem, p. 51-52); ao passo que, no caso da segunda, suscitada, sobretudo, pelas vozes ambiciosas dos ministros da tirania, as ações descontroladas das turbas quebraram todos os laços sociais da nação, uma vez que:

O povo tinha a liberdade e quis a licença; tinha a justiça e quis a iniquidade: o povo perecerá.

.....
Para as turbas o cheiro do sangue é perfume suave; o roubo gloriosa conquista.

E elas se fartarão de sangue e de rapinas com a voluptuosidade atroz do antropófago que se banqueteia com os membros semivivos do seu semelhante.

Porque a plebe desenfreada é como o fantasma do crime, como o espectro da morte, como o grito do extermínio.

Horível é o aspecto do empestado, que, entreabrindo o lençol que lhe servirá de mortalha, descobre as pústulas, donde mana a podridão e o cheiro da sãnie, e que por entre os lábios amarelos e os dentes cerrados deixa fugir o som rouco do estertor.

Mas para o homem honesto, que contemplar uma cena das raivas da plebe e ouvir as suas blasfêmias e vir as faces hediondas dos homens dissolutos, será como alívio a asquerosidade das chagas, o hálito podre e o rouco estertor do empestado (Idem, p. 50).

Essa reiterada visão negativa da plebe pode ser explicada pela arraigada opinião de Alexandre Herculano sobre a suposta validade da democracia civil que, para ele, equivalia apenas ao “despotismo das massas”, ou mesmo a uma nova barbárie. Para o historiador português, o poder político deveria ser exercido apenas e tão somente por uma minoria, daí a sua arraigada crença na validade do voto censitário, ou seja, a razão pública seria fundamentada no domínio político de uma aristocracia ilustrada que teria a função de pensar pela totalidade dos cidadãos (NETO, 1985, p. 654). E, mesmo em 1867, quando escreveu uma introdução para acompanhar a republicação de *A voz do poeta*, ele reafirma essa posição: “E a igualdade democrática, onde chega a predominar, caminha mais ou menos rápida, mas sem desvio, para sua derradeira consequência, a anulação do indivíduo diante do estado, manifestada por uma de suas fórmulas, o despotismo das multidões” (p. 44). Para Herculano (1873, p. 193), assim como para grande parte da nova elite romântica, a ideia de povo não correspondia à ideia de totalidade da população, mas antes à ideia da classe média: “para mim o povo é algo de grave, de inteligente, de laborioso, são os que possuem e que trabalham”. Nessa mesma introdução de 1867, no entanto, ele procura relativizar um pouco à crítica aos líderes do movimento setembrista e, ao mesmo tempo justifica o caráter “brutal e agreste” de seu livro:

Em muitos desses indivíduos, aparentemente revolucionários, havia o patriotismo reflexivo, e até abnegação, enquanto em nós, os que agredíamos com a sinceridade da indignação, havia, por amor exagerado aos bons princípios, uma cólera que muitas vezes ofuscava a razão. *A voz do profeta* representa esse estado de espírito (p. 33).

Na maior parte desse texto introdutório, Herculano preocupa-se em passar em revista as principais causas históricas que levaram à Revolução de Setembro.

Quanto ao texto literário em si, ele simplesmente procura contemporizá-lo, afirmando que, da velhice, “contempla placidamente o seu opúsculo como se mão estranha o houvera escrito. A experiência e o desengano fazem-no sorrir daquelas cóleras, daquelas hipérboles dos vinte e seis anos de idade. Quantos erros, quantas ignorâncias em muitas das suas opiniões desse tempo!” (Idem, p. 44). Se, em 1867, amparado pelo mais que providencial distanciamento temporal dos acontecimentos, o autor português relativizou as “suas opiniões desse tempo”, em 1838, ele não deixou passar em branco a fama repentina que conquistara com seu primeiro sucesso literário, pois, ao publicar a sua primeira coletânea de poemas, *A harpa do crente*, fez questão de registrar na folha de rosto do livro, e à maneira de subtítulo, que na verdade aqueles textos eram “tentativas poéticas pelo auctor da *Voz do Profeta*”. De qualquer forma, ainda que a crítica literária possa ver na severidade do texto panfletário de Herculano uma imagem da “cólera do justo” que, desse modo, justifica o fato de o pai repreender tão duramente seus filhos (LOPES, 1983, p. 267), ou mesmo ainda que tal repreensão tenha sido um pouco atenuada por reflexões tardias, o autor de *A voz do profeta*, como defensor da tese de intervenção social através da literatura, sabia de antemão que a sua obra, mesmo que um tanto contaminada pelo calor da hora, estava fadada a percorrer o tempo e a exercer influências em outros leitores.

Referências

- BRITO, J. J. Gomes de. *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Francisco da Silva. Lisboa: Imprensa Nacional, T. XXI, 1914.
- Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.
- FERREIRA, Alberto. *Perspectiva do Romantismo português*. Lisboa: Edições 70, 1971.
- FRANÇA, José Augusto. *O romantismo em Portugal (estudo dos fatos socioculturais)*, 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1993.
- HERCULANO, Alexandre. *A voz do profeta*. 1ª série. Ferrol: Imprenta de Ezpeleta, 1836.
- HERCULANO, Alexandre. *A voz do profeta*. 2ª Série. Lisboa: Tipografia Patriótica de Carlos José da Silva & Companhia, 1837.
- HERCULANO, Alexandre. *A voz do profeta*. 2. ed. Porto: Imprensa de Álvares Ribeiro, 1837.
- HERCULANO, Alexandre. *A voz do profeta*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia., 1837.
- HERCULANO, Alexandre. *A voz do profeta. Opúsculos*. Lisboa: Livraria Bertrand, T. I, 1993.
- HERCULANO, Alexandre. “Introdução 1867”. *A voz do profeta. Opúsculos*. Lisboa: Livraria Bertrand, T. I, 1993.

- HERCULANO, Alexandre. “Qual é o estado da nossa literatura? Qual é o trilho que ela hoje tem a seguir?”. *Opúsculos*. 2. ed. Lisboa: José Bastos & Companhia Livraria e Editora, T. IX, 1907.
- HERCULANO, Alexandre. “Poesia: Imitação – Belo – Unidade”. *Opúsculos*, 2ª ed., Lisboa: José Bastos & Companhia Livraria e Editora, T. IX, 1907.
- HERCULANO, Alexandre. *Repositório Literário* (nº 3), Porto: 1834.
- HERCULANO, Alexandre. Poesia. *O Panorama* (nº 8), 24 de junho de 1837. p. 59-60.
- HERCULANO, Alexandre. *A harpa do crente*. Lisboa: Typografia da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, 1838.
- HERCULANO, Alexandre. Carta a Manuel Pereira Guimarães, Porto, 17 de setembro de 1836. *Cartas*. 4. ed. Lisboa: Bertrand, [s.d.]. T. 1. p. 178-179.
- HERCULANO, Alexandre. Mousinho da Silveira ou La Révolution Portugaise. *Opúsculos*. Lisboa: Casa da Viúva Bertrand, 1873, T. II.
- LAMENNAIS, *Palavras de um crente*. Trad. Antonio Feliciano de Castilho. Lisboa: Tipografia de A. I. S. de Bulhões, 1836.
- LOPES, Maria da Graça Videira Lopes. Apresentação crítica à poesia de Alexandre Herculano. *Poesias de Alexandre Herculano*. Lisboa: Seara Nova, 1981. p. 13-40.
- LOPES, Maria da Graça Videira Lopes. *Les paroles d'un croyant de Lamennais et A voz do profeta de Herculano*. *Ariane: Revue D'Etudes Littéraires Françaises*, Lisboa, v. 2, 1983.
- MARTINS, Oliveira. *Portugal contemporâneo*. 10. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1996.
- NETO, Vitor. Herculano: Política e Sociedade. *Revista de Histórias das Ideias*, Coimbra: Faculdade de Letras, v. 7, 1985.
- SÁ, Victor de. *A crise do liberalismo*. 3. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- SARAIVA, Antonio José. *Herculano e o liberalismo em Portugal*. Lisboa: Bertrand, 1977.
- SARAIVA, Antonio José; LOPES, Oscar. *Historia da Literatura Portuguesa*. 15. ed. Porto: Porto Editora, 1989.
- SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal*. 5. ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1988.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. 2. ed. Braga: Verbo, 2003. v. VIII.
- SILVA, Antonio Martins da Silva. A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo”. *História de Portugal* (v. 5 – O liberalismo: 1807-1890), José Mattoso (org.). Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

Recebido: 15 de novembro de 2011
Aprovado: 13 de dezembro de 2011
Contato: will@ufscar.br